

Uma estratégia que se apóia na paciência

CARLOS CHAGAS

Duas palavras-chave definem a estratégia do Palácio do Planalto para as negociações sobre a dívida externa. Essas negociações entrarão em nova fase ainda na primeira quinzena do mês, com a viagem do ministro Francisco Dornelles e do presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, aos Estados Unidos. As duas palavras são racionalidade e paciência.

A racionalidade foi sustentada dias atrás pelo presidente José Sarney, em conversa com o repórter. Ele defendeu a importância de ser retirado todo o conteúdo emocional e passional das negociações, o que deve começar por nós mesmos. Não estamos, como gostariam determinados setores políticos, empenhados numa guerra santa, muito menos à maneira do exército Brancaneone em busca de Jerusalém. Precisamos ter a cabeça fria para, dentro da diretriz maior do cumprimento de nossas obrigações, encontrar mecanismos capazes de garantir o crescimento econômico. Assim, não haverá que aceitar a recessão, se ela vier como resultado de propostas do Fundo Monetário Internacional.

A paciência foi referida em conversa de ontem pelo assessor especial do presidente para assuntos econômicos, Luís Paulo Rosenberg. Ele informou que não preocupa o governo o problema de prazos, como não deve preocupar aos nossos credores o problema de insolvência. Até hoje o Brasil não deixou de saldar nenhum de seus compromissos, a tempo e a hora, ainda que houvéssimos conseguido diversos adiamentos e prorrogações. No caso dos prazos, inexistiu a tão anunciada data fatal de 31 de agosto.

Na realidade, o prazo que existia, junto aos bancos credores, não com o FMI, era de 31 de maio. Antônio Carlos Lemgruber negociou uma prorrogação de 90 dias, para a qual é necessária a concordância de 100% dos credores. Enquanto ela se caracteriza, todas as contas vêm sendo saldadas, enquanto outros prazos entrarão em pauta. A prova da normalidade está nos depósitos feitos pelos bancos estrangeiros em organismos nacionais.

A primeira etapa das negociações dirá respeito ao Fundo Monetário Internacional, para que ele continue dando aval às operações com os bancos estrangeiros. Será preciso paciência, então, para podermos convencer suas autoridades de nossas necessidades globais. O FMI está interessado na queda da inflação, e, por isso, sugere cortes maiores nas despesas, visando à redução do déficit interno. Gostaria que a previsão inflacionária para 1986 ficasse em torno dos 100%. O governo brasileiro, no entanto, estimou que a inflação do próximo ano deve ficar em torno dos 180%. Dessa forma teremos condições de incrementar o desenvolvimento e fazer o País crescer 5% em sua economia, nível capaz de criar e de garantir empregos. É claro que esse raciocínio e essas considerações são nossas, não do FMI, ao qual interessa apenas a redução inflacionária, sem preocupações nem responsabilidades com o setor social. Será, por isso, uma questão de dia-

logar com paciência para obtermos sucesso. Para eles, pouco importa que o Brasil venha a ter mais três milhões de desempregados se os índices da inflação baixarem mais ainda, mas, para nós, é preferível uma inflação um pouco maior se, como contrapartida, conseguirmos a criação de três milhões de empregos através do reaquecimento da economia privada.

Rosenberg lembra ser nossa situação bastante diversa de outros países devedores da América Latina, apesar de apresentarmos o maior volume de dívidas. Dispomos de 12 bilhões de dólares de saldo em nossa balança comercial, atingidos no ano passado e, por atingir este ano, bem como oito bilhões de dólares de reservas. Não constituímos um risco econômico, muito ao contrário. Não necessitaremos de dinheiro novo para implementar nosso desenvolvimento, mas, apenas, da utilização de parte do saldo, para isso. Não haverá, como os credores externos deixarem de levar tais fatos em consideração.

Depois de muitos debates emocionais, de alguma cautela na conclusão do diagnóstico e na elaboração da estratégia, o Executivo dá a impressão de haver conseguido unidade de pensamento, no trato da dívida externa. O presidente José Sarney levou alguns meses para definir o seu projeto econômico, conversou, ouviu e dialogou ao máximo. Chegou, afinal, à formalização dos aspectos principais de sua política, apresentados no pronunciamento de duas segundas-feiras atrás. Sua idéia inicial era, inclusive, falar à Nação apenas sobre economia, tendo depois evoluído para uma fala global, onde também entraram questões políticas e sociais. O fundamental de sua abordagem em vídeos e microfones foi ter armado a equação completa: prioridade para o crescimento econômico, esforços voltados para o plano social e o atendimento às necessidades da massa desfavorecida, minimização do papel do Estado na economia e fortalecimento da empresa privada nacional, redução dos gastos públicos e tratamento da dívida externa dentro de parâmetros que não gerem a recessão.

Os entendimentos com o FMI, primeiro, e, depois, com os bancos credores, passarão por nova rodada a partir deste mês mas poderão prosseguir sem datas fatais. Os altos funcionários brasileiros não estarão voando para Washington e Nova York como quem vai para a guerra, mas, simplesmente, dando sequência a negociações normais e naturais. O Brasil, como já disse o presidente José Sarney, não quer liberar nenhum movimento político de tratamento comum da dívida, na América Latina, nem comandar o bloco dos devedores. O problema é bilateral, de cada um, pouco importando as conclusões de Havana, esta semana, ou a opinião do primeiro-ministro Fidel Castro a respeito de como devemos ou deveríamos agir. Vale, em todo o episódio, a defesa dos nossos interesses e o cumprimento fiel das diretrizes agora definidas como linhas-base de nossa política. Encontraremos obstáculos, é claro, bem como grandes dificuldades, mas esses fatores não impedirão o trato racional da questão. Com paciência.